



(Fig. 2. Gravura devocional, séc. XVIII. Restauro digital preservando a pátina e os detalhes da calcografia original. Coleção Particular.)

Um São Vicente da Cidade do Porto no fim do século XVIII.

Orlando V. B. da Rocha Pinto*

É por demais conhecida a História do Santo São Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa que em tempos remotos também o foi da cidade do Porto, até que São Pantaleão depois de 1453 lhe usurpa o lugar que se manteve até ao ano de 1981, para o de Nossa Senhora da Vandoma, de forma que nos abtemos de comunicar mais sobre tão dignificante assunto, somente referir que se conhecem diversas versões contendo relíquias deste “São Vicente” falecido em Valência. Todavia no contexto da História Eclesiástica existem outras, designadamente em França,

em Castres (como aludiu o monge Aimoin da abadia de Saint-Germain-des-Prés, no século nono) e ainda na localidade de Metz; na Itália, em Bari e também na abadia beneditina de San Vincenzo al Volturno, como ainda no mesmo país nas cidades de Cortona e Benevento e na Grécia, em Monemvasia vila localizada no Peloponeso.

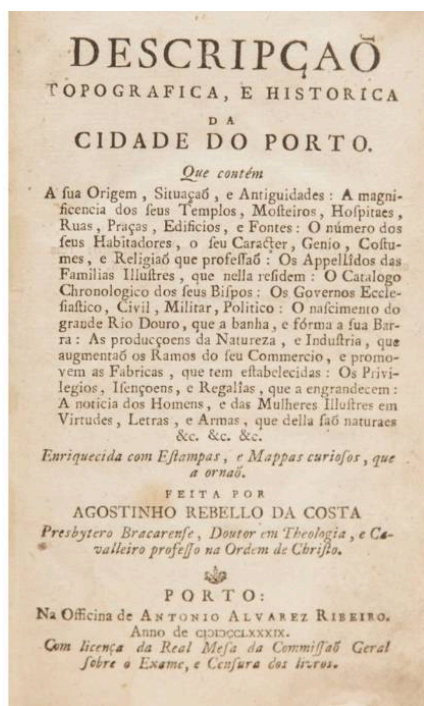
A conhecida situação portuguesa que em caráter de prodígio e milagre, leva o sarcófago do Santo em viagem marítima do Promontório Sagrado até à barra do Tejo no

preciso dia 14 de setembro de 1173, e que subindo o rio e chegando à cidade de Lisboa, a dois passos da igreja de Santa Justa ali ficou depositado, sendo depois transferido no imediato dia 16 para a igreja de Santa Maria Maior, vulgarmente denominada por Sé Patriarcal de Lisboa.

A irradiação do culto a São Vicente foi notavelmente rápida no nosso País devido aos seus milagres, muitos deles enunciados por “Mestre Estevão, chantre da Sé Ulissiponense”(1) e o seu efeito encontra-se distribuído praticamente em quase todos os concelhos de Portugal, designadamente nas dioceses de Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Lamego, Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Algarve e Funchal.

Na do Porto, mais propriamente na sua cidade, encontra-se genericamente o seu culto na Sé Catedral do Porto, Igreja de São Veríssimo de Paranhos, Igreja do Terço e Caridade e ainda na Igreja de Santa Clara, segundo a prestimosa informação presente na “Introdução” escrita por Irisalva Moita no “Catálogo” da “Exposição do VIII Centenário da Trasladação das Relíquias de São Vicente / 1173-1973”, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa em colaboração com o Patriarcado.

Mas, além dos apontados, há mais um São Vicente, dito de Mártir, este na igreja de São Nicolau, da cidade do Porto.



Rosto do livro escrito pelo Padre Agostinho Rebelo da Costa, de 1788

Com efeito, sabemos que na Igreja tripeira de São Nicolau, segundo informação vinda na “Descrição Topográfica da Cidade do Porto” do Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Padre Agostinho Rebelo da Costa, nascido em Braga e falecido na cidade do Porto a 9 de janeiro de 1791, cuja primeira edição data de 1788,(2) em que o insigne autor do século XVIII apresentava nesta sua obra que no Porto, “igrejas notáveis são as das Paróquias, principalmente a de São Nicolau, que, além de ser sagrada, é a mais rica de todas, por causa do grande número de comerciantes que dela são fregueses e se desvelam em desempenhar as suas funções com a mais plausível magnificência; nela foi colocado, no dia 21 de dezembro do ano de 1785, o corpo de São Vicente Mártir, que mandou conduzir de Roma à sua custa e com a maior pompa e despesa, Thomaz da Rocha Pinto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e um dos principais comerciantes desta praça”.

Interessante observar que este caso foi bastante conhecido na cidade invicta, conforme se constata na obra de Henrique Duarte e Sousa Reis (1810-1876), funcionário da Câmara Municipal do Porto,(3) o qual deixou na forma de manuscrito, vinte e oito volumes a que deu o título de “Apontamentos para a Verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto”, cuja sua filha D. Adelaide Duarte e Sousa Reis legou a obra em 1906 à Câmara Municipal do Porto mediante certas condições, como a “obrigação de velar pela conservação do jazigo perpétuo onde estão as cinzas do pai”, que depois de obter a concordância municipal, foram os volumes manuscritos depositados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. No entanto, só em 1984 se iniciou a sua publicação por este organismo, onde no volume IV datado de 1999, página 53, refere Henrique Sousa Reis que “no dia 21 de Dezembro de 1785 foi colocado com grande solenidade no altar colateral do lado da Epístola desta igreja, no qual se venera a imagem da Nossa Senhora da Boa Nova, o corpo inteiro de S. Vicente Martyr que à sua custa e com muito dispêndio solicitou e mandou vir de Roma o rico negociante Thomaz da Rocha Pinto, Cavalleiro da Ordem de Cristo” e continua dizendo Sousa Reis que “não sei o dia certo, em que antigamente se expunha patente o corpo do mencionado Martyr, deixando-se vêr na urna do dito altar, e junto do Santo hum vaso com seu sangue: a devoção popular que ao princípio foi fervorosa, como costuma ser, parece esfriou (sic) pouco a pouco e no presente (o tomo na forma de manuscrito foi concluído em 15 de julho de 1865) quase se ignora a existência desta sacrossanta relíquia, que recorda a piedade do referido Commerciante da Praça do Porto”.

Por outro lado, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal (1816-1884) conheceu o assunto, pois ao abordar a igreja de São Nicolau no seu Dicionário

“Portugal Antigo e Moderno”, volume sexto, de doze, imprimidos entre os anos de 1873 a 1890, refere precisamente este caso, transcrevendo o que o erudito padre do fim do século XVIII escreveu, especificando concretamente que o “corpo de S. Vicente martyr” se encontra depositado “em um altar colateral” da dita igreja; sabe-se que ainda estava nesta disposição no início do século XX, como mostra o doutor Souza Viterbo (1845-1910) no seu artigo intitulado “Relíquias de Santos” vindo a lume na página 19 da revista “O Tripeiro”, Porto, 10 de janeiro de 1909, onde apresenta a fotografia da figura do corpo jacente de “O martyr S. Vicente que se venera na Igreja de S. Nicolau”, que temos o ensejo de a reproduzir, interrogando-se e bem o historiador se no Flos Sanctorum (4) inscreve mais de um mártir sob o nome de S. Vicente, sobretudo pelo facto de na Sé portuense se guardar “um braço de S. Vicente”, como diz e informa “João Baptista de Castro na relação das relíquias que traz no seu Mappa de Portugal”. Com efeito, tem toda a razão o arguto historiador Sousa Viterbo nascido na cidade do Porto e falecido em Lisboa, ao notar tal facto em relação à multiplicidade e existência do Santo São Vicente.



Figura do corpo jacente de São Vicente Mártir.



Depois, em meados da década de sessenta, saía a lume pela Portucalense Editora, três grossos volumes sobre a “História da Cidade do Porto”, que o Doutor Artur de Magalhães Basto (1894-1960) então diretor do Arquivo Distrital do Porto concebeu e traçou o seu plano, com a magnífica colaboração de outros dez historiadores,(5) onde no terceiro volume é abordado o tema de “Arte: Do Barroco ao Neo-Classicismo” este, escrito por Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987), em que este autor a propósito da Igreja de São Nicolau refere que “dispunha de bom rendimento com privilégio de fornecer as rasas (6) e cuja distinção terminou em 1834” e depois apontava aos seus leitores, para melhor identificar a Igreja de São

Nicolau, que “foi nesta igreja que se colocou o corpo de S. Vicente Mártir, trazido de Roma por Tomás da Rocha Pinto, Cavaleiro da Ordem de Cristo”.

Um pouco mais tarde, o escritor e investigador de temas da cultura popular conhecido pelo nome de Helder Pacheco apresenta em 1984, um trabalho de intervenção relacionado aos “Novos Guias de Portugal” denominado por “Porto”, da Editorial Presença, onde ao descrever a freguesia de São Nicolau aponta a sua igreja, afirmando “que ocupou um lugar dominante durante várias gerações”, elencando depois alguns factos relacionados com a sua existência, referindo assim, concretamente, que “em 1785 foi colocado num altar lateral da igreja o corpo do mártir S. Vicente que Tomás da Rocha Pinto, grande negociante, mandara vir de Roma, com grande pompa a expensas suas!”.

Além do ano, sabemos concretamente o dia em que foi ofertada a relíquia depositada na igreja de São Nicolau, localizada na atual rua Infante D. Henrique da cidade do Porto, notícia bem sublinhada e reportada em primeira mão pelo Padre Dr. Agostinho Rebelo da Costa, como sendo o dia 21 de dezembro daquele ano de 1785, cujo monumento em que se encontra, foi reconstruído completamente em 1762, no estilo neoclássico e barroco por Frei Manuel de Jesus Maria, converso do Mosteiro da Serra do Pilar, que também interveio no risco do Retábulo e Tribuna da Capela-Mor da mesma igreja,(7) depois de ter sido destruída por um incêndio em 1758, a qual tinha sido edificada no fim do século XVII, mais precisamente em 1671, em lugar da pequena ermida aí existente desde o século XII, em invocação ao Santo Nicolau do século IV, então bem conhecido pela sua generosidade e que hoje se encontra na tradição do Pai Natal, para contento sobretudo da criançada. Apresenta-se fotografia da igreja de S. Nicolau, todavia será de apontar que em 1832 foi acrescentado um adro gradeado para proteção das sepulturas e em 1861 cobriu-se a sua frontaria de azulejos.



Igreja de São Nicolau, Porto.



Perante tal evidência, com respeito à data concreta do seu depósito na referida Igreja, foram consultados os livros relacionados com esta paróquia portuense no Arquivo Distrital do Porto, na tentativa de encontrarmos algo mais, cuja heurística foi preenchida de pleno êxito, porquanto descortinámos no livro de Batismos um termo deveras interessante, em que nesse preciso dia de 21 de dezembro do ano de 1785, o abastado comerciante ofertante da dita relíquia de “São Vicente Martir”, é apontado. Com efeito, apresenta que “Thomaz da Rocha Pinto, professo na ordem de Cristo, morador na Rua Nova dos Ingleses”(8) é padrinho de “Isabel, filha legítima de Domingos Ferreira Pinto Basto, natural da freguesia de São Jorge de Abadim, termo de Guimarães, Arcebispado de Braga e de sua mulher Maria do Amor Divino, natural desta freguesia de São Nicolau, moradores na Rua Nova de São José desta freguesia”, esta que foi o oitavo “rebento” do casal, no total de dez.(9) Foi aquele dia de 21 de dezembro de 1785, certamente de grandes festejos e animação na cidade do Porto, mas sobretudo na sua freguesia de São Nicolau, por dois motivos implícitos, ou seja, um, pelo batismo da filha de um dos grandes comerciantes da freguesia e o outro, pela deposição do corpo de São Vicente, Mártir, recém-chegado da cidade de Roma, cujo culto no início parece ter sido de grande fervor e que se foi esfumando ao longo do tempo, em que por volta da década de sessenta do século XIX, era praticamente inexistente, como bem apontou Henrique Duarte e Sousa Reis. Todavia, será interessante observar que pelo século XIX foram feitas ou impressas pagelas referentes a este “S. Vicente Martyr”, ambas legendadas, que temos o maior gosto de mostrar, as quais pertencem ao arquivo municipal da edilidade do Porto e que muito agradecemos a possibilidade da sua reprodução. A primeira que se apresenta diz: “Venera-se na Igreja de S. Nicolau da Cidade do Porto, onde está colocado seu Corpo”; e na segunda lê-se: “Que se venera na Igreja de S. Nicolau da Cidade do Porto, mandado vir de Roma, a expensas de Thomas da Rocha Pinto, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, em 21 de Dezembro de 1785.



Pagela São Vicente, Mártir



De observar que nas pagelas, as imagens apresentadas são semelhantes, mas não totalmente condizentes. Pensamos, pela sua disposição e contexto iconográfico que representam efetivamente o santo São Vicente de Lérins, cujo seu dia é o respetivo 24 de maio, no calendário. Santo nascido no norte de França (há quem aponte Toulouse) e que terá falecido pelo ano de 450, na ilha de Lérins, em frente à atual cidade de Cannes (França), tendo sido oficial do exército, que cansado, segundo consta de “ver sangue e violência” se retirou para o mosteiro de Lérins, onde toma o hábito e se dedica até ao fim da sua vida, “à contemplação, à oração, à teologia e à escrita”.(10) Profundo conhecedor das Sagradas Escrituras e dotado de uma grande cultura humanista escreveu entre outros textos, o “Comnitorium”, também conhecido como “Manual de Advertência aos Hereges”. Pela sua conduta contra a doutrina herética é exaltado em oração onde se pede “a graça de livrar a igreja dos falsos profetas atuais” bem como a proteção “às seduções mentirosas dos lobos que se apresentam em pele de ovelha”.

Dentro do contexto hagiográfico, além deste “São Vicente” conhecido por de Lérins, há aquele nascido em Huesca, que no seu tempo romano se designava por Osca, localidade próxima de Saragoça (Aragão, Espanha), falecido, segundo se crê, pelo ano de 304 e que é padroeiro da cidade de Lisboa, como ainda se conhece um “São Vicente Ferrer” (1357-1419) e ainda “São Vicente de Paulo” (1580-1660), entre outros.

O santo “São Vicente Martir” da igreja de São Nicolau da cidade do Porto, foi adquirido e transportado às expensas do abastado comerciante portuense Tomás da Rocha Pinto, como apontou em primeira mão o Padre Agostinho Rebelo da Costa, em que diz que ele veio de Roma, há quem afirme que a sua proveniência direta é das Catacumbas desta cidade, todavia se depreende que terá sido comprado a uma das corporações da Cúria Romana e que provavelmente, o comprador portuense teve uma ligação direta com o cardeal Giovanni Angelo Brachi (1717-1799), (11) que desde 1761 foi o “tesoureiro da câmara apostólica”, sendo mais tarde eleito no mais alto cargo da Igreja Católica, tomando o nome de “Papa Pio VI”, de 15 de fevereiro de 1775 a 29 de agosto de 1799.

Parece que entre ambos terá havido uma ligação de alguma proximidade, talvez mesmo de amizade, que implicitamente se poderá provar, porquanto vem inscrito no termo de batismo de sua filha Maria, (depois conhecida pelo nome de Maria Rita da Rocha Pinto, a qual foi a mãe da conhecida Fanny Owen ou Francisca, quer do livro de Agustina Bessa Luís ou do filme de Manoel de Oliveira), assento realizado a 20 de maio de 1790 na freguesia de São Nicolau (12) e nascida no

anterior dia 16, onde vem descrito que os padrinhos foram “o Procurador-Geral da Província dos Reformados do Rio de Janeiro, Fr. António do Menino Jesus, com Breve de Sua Santidade Pio Sexto”, em que “assistiu João José de Gouveia (Mourão) desta freguesia e testemunhas Francisco José do Valle e Francisco Pinto dos Reys, ambos desta freguesia”.



Sua Santidade o Papa Pio VI que enviou um breve pontifício a Tomás da Rocha Pinto, pelo batizado da sua filha Maria Rita, em 1790



E perante tais circunstâncias, forçoso será dar alguns elementos biográficos de quem adquiriu e trouxe o “São Vicente Martyr”, de Roma para a igreja de São Nicolau da cidade do Porto, naquele fim de ano de 1785.

Tomás da Rocha Pinto nasceu na cidade do Porto, na rua da Lada, freguesia de São Nicolau, a 19 de setembro de 1748, sendo batizado no imediato dia de 29, filho legítimo de João de Gouveia Mourão e de sua mulher, D. Maria da Conceição (da Rocha Pinto), esta filha de João da Rocha Pinto, como reporta o assento do seu casamento datado de 20 de junho de 1740, realizado na mesma freguesia do nascimento de seu filho, conjuntura esta, bem descrita no “Anuário da Nobreza de

Portugal”.(13) Veio ele a casar duas vezes, a primeira na Sé do Porto, a 13 de novembro de 1776, com D. Maria Tomásia do Sacramento, de que houve geração, esta que nos escusamos de citar pois que vem retratada no dito “Anuário da Nobreza (...)”, e a segunda, já no estado de viúvo, a 31 de dezembro de 1803 com D. Ana Maria Tomásia de Sousa Peres, viúva do primo do noivo, Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, sem qualquer geração. Faleceu na sua casa situada na Rua Nova dos Ingleses, localizada na mesma freguesia e cidade do seu nascimento a 17 de março de 1815, sendo sepultado em carneiro no Convento de São Francisco, como assim reza o seu assento de óbito presente no Arquivo Distrital do Porto.

Além de ter sido um dos maiores comerciantes de vinho do Porto para Inglaterra no seu tempo, foi cônsul da Sardenha na cidade do Porto e sargento-mor da Mitra do Porto, como também Mesário e presidente da Venerável Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, entre outras.

Conforme dita o escrito proveniente da obra citada do Padre Agostinho Rebelo, que afirma que era “cavaleiro professo da Ordem de Cristo”, o que é completamente seguro porquanto, segundo consta em documento presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pois já o era em 29 de abril de 1780, em que lhe foi passada “carta de provisão da tença de 12\$000 reis” passada em seu nome.(14)

Todavia, já em março/abril de 1778 era considerado pessoa de elevação, como se depreende pela sua eleição a Almotacé da Câmara Municipal do Porto, assim consta no livro “Municipalismo e Sociedade do Porto / De Pombal às Invasões Francesas” de Ana Sílvia Albuquerque Nunes, como existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo consubstanciando esse seu estar, um escrito relacionado aos “comerciantes de melhor nota da cidade do Porto” em que consta o seu nome, entre doze.(15) Com efeito foi comerciante de grosso trato devidamente apontado por Jorge (Borges) de Macedo em “O Bloqueio Continental / Economia e Guerra Peninsular”,(16) onde para esse efeito era dado como um dos “Principais Consignatários de Barcos Portugueses na cidade do Porto”, apesar de ter sido armador, proprietário de alguns barcos de grande calibre, os quais apontados no nosso trabalho intitulado “Terá sido Tomás da Rocha Pinto o tal retratado por Vieira Portuense, dado como personagem desconhecida” que veio a lume no boletim da Associação Cultural Amigos do Porto do ano 2020, como também foi um dos principais exportadores de vinho do Porto para Inglaterra, como já referido, cujo princípio na sua laboração nesta matéria se iniciou pelo Aviso de 14 de dezembro de 1792,(17) aliás bem patente este potentado

económico na tese de doutoramento publicada em 2014 na FLUP por Maria Cecília B. N. Rodrigues S. Reis intitulada “O Porto e o Comércio na Segunda Metade do Século XVIII / A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os Negócios do Vinho”, como já em data anterior, em 1985, Domingos Oliveira Silva na sua prova para o grau de doutoramento prestada na Universidade de Southampton, intitulada “The Apogee and Decline of British Hegemony in Portugal, 1807-1820”, o classificava de igual modo.

A sua ligação ao comércio de vinho do Porto com a Inglaterra fez com que realizasse algumas viagens a este país. Conhecem-se pelo menos dois passaportes, o primeiro datado de 23 de abril de 1809, que diz que foi acompanhado por seu filho Francisco de Paula da Rocha Pinto, este que era o seu secundogénito e o outro, datado de 17 de setembro de 1810, em que narra que era acompanhado por sua “mulher, três filhos e três criadas e dois criados”, ambos pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, livro 366, fl. 9 e fl. 53 respetivamente.

Como esteve de certo modo ligado à finança, Tomás da Rocha Pinto foi “Tesoureiro e Depositário Geral da Mitra e do Juízo Eclesiástico do Bispado do Porto”, onde pelo menos desde 20 de fevereiro de 1799 já tinha este posto, e ainda nesse ano é colocado como Sargento-Mor dos “Coutos da Mitra” dessa cidade, desde 7 de novembro de 1799,(18) como depois, já no início do século seguinte é eleito Deputado da Nação Sarda (Sardenha) da cidade do Porto, nomeado após a morte de seu primo Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, substituindo-o a 17 de março de 1802.(19)

Com a ocupação dos franceses é apontado para ocupar o lugar de Tesoureiro da Câmara Municipal do Porto, que de imediato pede para ser aliviado do cargo, ficando António Simões Duarte no seu lugar, o qual toma posse em 5 de março de 1808. A este propósito, no livro da já referida doutora Ana Sílvia Albuquerque Nunes, diz que “esta tomada de atitude que podemos interpretar como Não querendo servir os franceses está plenamente de acordo com a atuação patriótica que lhe valerá em 1815 a mercê (de fidalguia) concedida pelo Rei D. João VI”, ao tempo Príncipe Regente, dizemos nós. De facto, como bem refere a historiadora, foi pelo seu “Zelo e Patriotismo” que entrava na nobreza por alvará de 17 de maio de 1815, extensivo aos seus quatro filhos varões, Tomás (1779-1846), Francisco de Paula (1784-1830), José

(1788-1843) e João (1791-1837), em que se excluía a sua filha Maria Rita (1790-1858). A consubstanciar tal atitude se apresenta sua Pedra d’Armas, montada depois por seu filho Francisco de Paula na sua quinta de Santa Cristina (Santo Tirso).



Pedra d’Armas da família Rocha Pinto, montada depois de 1815, na quinta de Santa Cristina, Santo Tirso.

Aliás, naquele seu contexto patriótico, de não querer exercer qualquer função no tempo da ocupação francesa, se encontra, de igual modo, uma outra carta datada no ano seguinte, da cidade do Porto de 29 de janeiro de 1809, em que escreve um requerimento renunciando o “cargo de Tesoureiro do Produto da Ponte das Barcas do Rio Douro”, cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (20)

Apesar de ter tido uma vida cheia no campo profissional, ainda teve tempo para se dedicar a obras existenciais e de beneficência na sua cidade, onde desde logo foi Mesário das Confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Boa Nova na igreja de São Nicolau, e na década seguinte, irmão da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, onde foi por diversos anos Mesário e também seu “Ministro”, cargo este nos respetivos anos de 1783 a 1785 e de 1794 a 1798, como nos informou o seu ilustre Provedor M. Passos Rodrigo por carta de 11 de julho de 2013, como ainda foi irmão da “Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade”, aqui admitido a 12 de abril de 1800, como apontou o provedor Alberto Manuel de Magalhães Plácido na sua epístola de 4 de outubro de 2004, em resposta ao signatário do presente texto.

- (1) Conforme apontaram Aires Augusto Nascimento e Saul António Gomes no seu trabalho intitulado “S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais”, obra patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa e publicada pelas “Edições Didaskalia”, Lisboa, 1988.
- (2) Com nova reimpressão no ano seguinte, em 1789, tendo havido somente no século XX uma segunda edição, em 1945, apresentada por Artur de Magalhães Basto e publicada pelas Edições Progredior, de Vila Nova de Gaia e já no presente milénio, houve uma terceira, em 2001, que veio a lume pela lisboeta Frenesi, prefaciada por Francisco Ribeiro da Silva.
- (3) Primeiro, na Biblioteca (1842 a 1848) e depois na Secretaria.
- (4) Obra de Pedro de Rivadeneyra (1527-1611), com o título completo de “Flos Santorum / História das Vidas e Obras Insignes dos Santos”.
- (5) Designadamente: Dr. António Cruz, Bernardo Gabriel Cardoso Júnior, Reverendo Dr. B. Xavier Coutinho, Conde de Campo Belo, Dr. Cruz Malpique, Dr. Damião Peres, Dr. Eugénio da Cunha e Freitas, Dr. João Pinto Ferreira, Dr. Luís de Pina e Dr. Torcato Soares.
- (6) Medida antiga de secos, que correspondia aproximadamente ao “alqueire, com que se media o grão para a fabricação do pão” na cidade.
- (7) Como A. de Magalhães Basto indica nos “Apontamentos Para Um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalharam no Porto do Século XV ao Século XVIII”, Edição Câmara Municipal do Porto.
- (8) Atual Rua Infante D. Henrique, como esclarece Eugénio Andrea da Cunha e Freitas no seu trabalho “Toponímia Portuense”, publicado pela “Contemporânea Editora, Ld.”. Matosinhos, 1999.
- (9) Cujo matrimónio de seus pais tinha sido efetivado na mesma igreja do seu batismo, a 30 de novembro de 1773, ela, a noiva, com 23 anos, pois tinha nascido na freguesia de São Nicolau a 4 de maio de 1750 e o noivo, com a idade de 32, porquanto tinha vindo a este mundo a 5 de maio de 1741. Interessante focar que o filho primogénito deste casal, logo irmão de Isabel, José Ferreira Pinto Basto nascido em 1774, casado na freguesia de Santo Ildefonso, Porto, a 12 de janeiro de 1801 com Bárbara Inocência Felicidade Allen, foi o fundador em 1824 da conhecidíssima empresa de porcelana, “Vista Alegre”, a primeira em Portugal a laborar cerâmica com argila branca, o caulino, estando ainda atualmente em laboração. Por outro lado, a consagrada Isabel, por batismo a filha de Tomás da Rocha Pinto, ficou conhecida pelo nome completo de Isabel Rita Ferreira Pinto Basto que tinha nascido na mesma freguesia, sete dias antes do seu batismo, a 14 de dezembro. Casou duas vezes, como consta no livro “História da Família Ferreira Pinto Basto” de Carlos Bobone, Livraria Bizantina, 1997; primeira, no Porto, na mesma freguesia onde se deu o seu batizado, a 28 de junho de 1802, com Teodoro Allen, comerciante, que depois faleceu em 1809, o qual tinha nascido em Viana do Castelo, freguesia de Monserrate, a 2 de julho de 1774, dando-se o seu decesso na data apontada, o qual era filho de Duarte Guilherme Allen, cônsul inglês em Viana e depois no Funchal e de sua mulher Joana Josefa Dorotea Felicidade Mazza, de cujo recebimento houve geração, designadamente: de Teodoro Ferreira Allen e José Ferreira Allen. Depois de nove anos de viuvez, volta a matrimoniar-se a 29 de julho de 1818 na freguesia tripeira de Santo Ildefonso com Duarte Guilherme Ferreri de Gusmão, sete anos mais velho que a noiva, pois tinha nascido a 23 de março de 1778 e futuro barão de S. Martinho de Dume, pelo decreto de 4 de abril de 1837, de cujo consórcio houve geração, como bem aponta o volume III da “Nobreza de Portugal e do Brasil”, dirigido, coordenado e compilado por Afonso Eduardo Martins Zuquete, publicado pela Editorial Enciclopédia Ld.^a, Lisboa / Rio de Janeiro, 1960.
- (10) Como assim apresenta Luís T. Melgar Valero na sua obra de “Os Santos de Cada Dia”, editorial Estampa, 2002.
- (11) Nasceu em Cesena no Natal de 1717, sendo o primogénito de oito filhos do Conde Marco Aurélio Tommaso Braschi (1684-1759) e de Anna Teresa Bandi (1690-1730).
- (12) Arquivo Distrital do Porto. Cota: PPRTO13, livro 18, fls. 82v e 83.
- (13) Em “Rocha Pinto”, págs. 1426 a 1434, III, tomo IV, Dislivro Histórica, Lisboa, 2006.
- (14) In “Mercês de D. Maria I”, livro 8, fólho 294/295v.
- (15) In “Ministério do Reino”, Maço 641.
- (16) Edição Delfos, Lisboa, 1962.
- (17) No livro “A Real Companhia Velha / Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro / 1756-2005”, Porto, 2006.
- (18) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Decretos, Maço, 158.
- (19) Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Livro Registo 15, fl. 77v.
- (20) Em “Ministério do Reino”, Maço 932, proc. 52.

* Da Associação da Nobreza Histórica de Portugal entre outras instituições académicas e religiosas.